

Área de proteção à venda na Ilha Grande

Construção irregular e desmatamento são os principais problemas apontados pelos órgãos de fiscalização

Eric Brücher Camara

• Comprar um lote na Ilha Grande é fácil. Mesmo sendo o parcelamento de terrenos da ilha proibido pela Lei Orgânica de Angra dos Reis, basta abrir o jornal para encontrar os anúncios. A multiplicação dos loteamentos se materializa até em costões, que são protegidos por leis federais. O mercado imobiliário aquecido é um exemplo da fiscalização deficiente na área onde União, estado e município dividem responsabilidades. Na ponta do Sítio Forte, além do desmatamento, foram construídas uma cerca e uma estrutura para um futuro píer sobre as pedras. Uma faixa anunciava: "vende-se".

— É um terreno ótimo e sai por R\$ 90 mil. Pode-se construir deque, quiosque, churrasqueira. Só não pode desmatar muito — explicou a vendedora Maria Inês ao repórter do GLOBO.

O engenheiro florestal Ermanno Reis, um dos fundadores do Comitê de Defesa da Ilha Grande (Codig), indignado, retirou a faixa na semana passada:

— Vários costões rochosos estão divididos em lotes, o que é proibido. Onde está a fiscalização? — perguntou o engenheiro.

O terreno coberto pela Mata Atlântica fica em Área de Interesse Ecológico (AIE). De acordo com a lei, "nas AIEs não serão permitidas edificações nem atividades que alterem o ecossistema existente". O suposto dono chama-se Manuel Bento Lima, velho conhecido da Prefeitura, que vende terrenos ocupados por pescadores e posseiros da região. Em novembro, a Prefeitura derrubou uma cerca num lote do comerciante, que foi multado em R\$ 100.

Diante da pressão da especulação imobiliária — que es-

te ano ganhou forte impulso com a iniciativa do município, já abandonada, de regulamentar construções nas AIEs — a Prefeitura decidiu aumentar o número de fiscais. Até a semana retrasada, eram apenas cinco para mais de 18 mil metros quadrados. Com o reforço, 13 pessoas, com o apoio de uma embarcação, passam a controlar construções irregulares e desmatamentos.

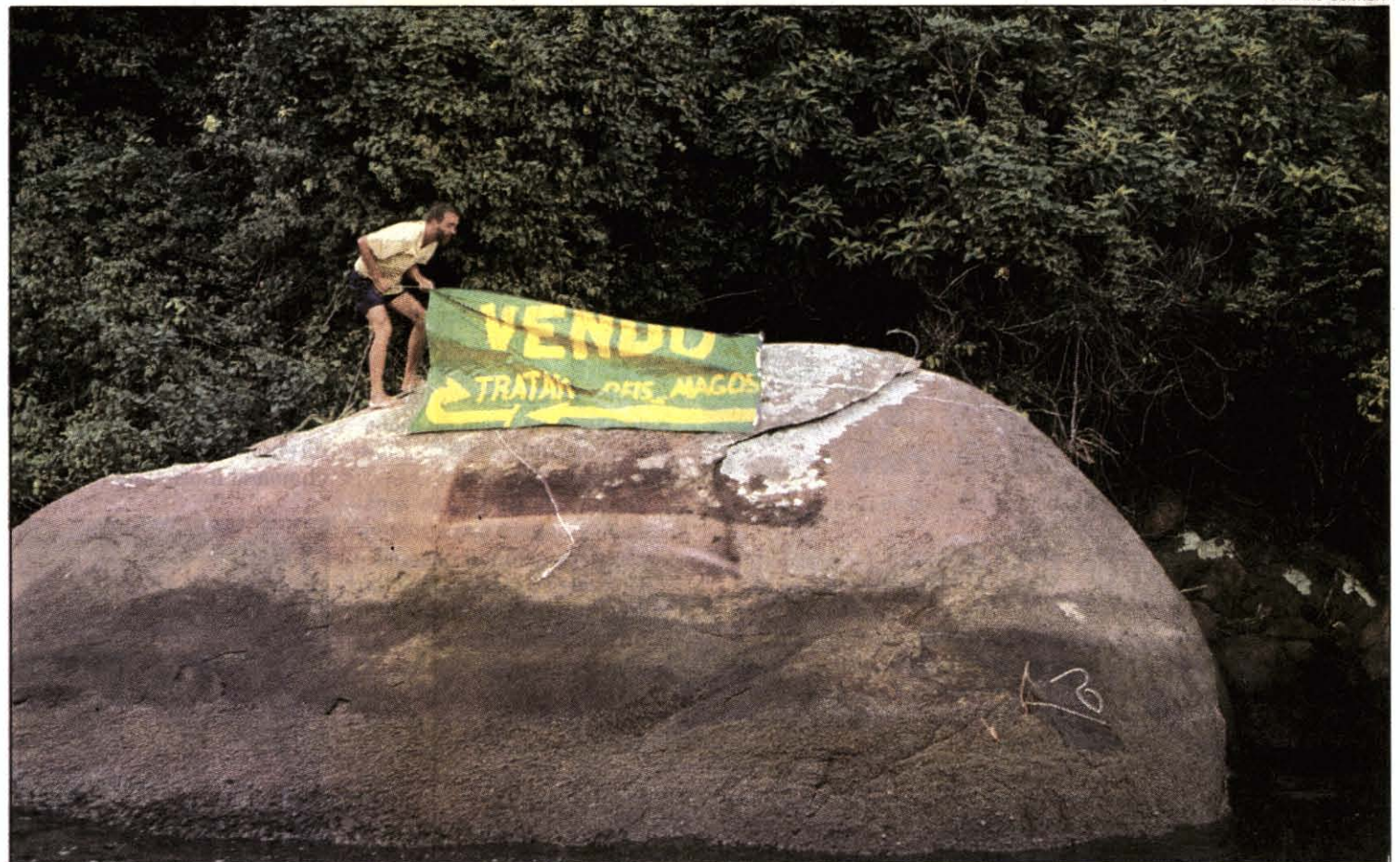
Para o Batalhão Florestal da PM, construção irregular é a ocorrência mais comum, seguida de desmatamento. A polícia mantém sete homens na ilha. Nos picos de temporada o número chega a ser triplicado.

Ibama sequer tem lancha para fiscalização

O Instituto Estadual de Florestas (IEF) também intensificou a fiscalização no Parque Estadual da Ilha Grande. Até a semana passada, ela era responsabilidade do administrador do parque, Loidmar de Alencar, que ganhou reforço na tarefa inglória de vigiar uma área de 5,6 mil hectares. O diretor de Conservação do IEF, Paulo Schiavo, admite estar longe do ideal.

— Todos cobram do IEF, mas temos 5,6 mil hectares de problemas — desabafa.

Responsável pelo controle da pesca, além de zelar pela Mata Atlântica e por costões rochosos, o Ibama sequer tem uma embarcação. O superintendente Carlos Henrique Abreu Mendes, tem a promessa de que o dinheiro da multa da Petrobras pelo vazamento de óleo será usado também para comprar uma lancha. A Feema até tem uma lancha, mas o agente regional Carlos Athayde, o único para 90 mil hectares entre Angra e Paraty, não tem licença. ■



ERMANO REIS, integrante da Comissão de Defesa da Ilha Grande, arranca a faixa de "vende-se" no costão próximo à entrada do Saco do Céu